

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

MONUTA

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Conselheiros da
Associação Obras Sociais Irmã Dulce
Salvador - BA

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Obras Sociais Irmã Dulce ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Obras Sociais Irmã Dulce, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem Finalidades de Lucros.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Limitação nos saldos de fornecedores

A Entidade mantém registrado na rubrica "Fornecedores" o montante de R\$ 12.939 mil no passivo circulante. A Entidade está procedendo com as composições, análises e conciliações de parte do saldo desta conta, no montante de R\$ 7.498 mil. Consequentemente, não nos foi possível concluir quanto aos possíveis efeitos desse assunto sobre as demonstrações contábeis da Associação Obras Sociais Irmã Dulce em 31 de dezembro de 2018.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 10 de maio de 2019.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - BA

Manuel Perez Martinez Junior
Contador CRC BA - 025458/O-0

MANUETA

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2018	2017		Nota explicativa	2018	2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	15.118	28.180	Fornecedores		12.939	11.752
Contas a receber	5	29.323	17.667	Empréstimos e financiamentos	10	8.589	221
Estoques	6	7.360	6.341	Obrigações tributárias		1.556	1.831
Convênios a receber	7	28.869	25.131	Obrigações sociais e trabalhistas	11	22.428	21.609
Outros ativos		1.902	2.387	Provisão para rescisões trabalhistas	12	13.404	11.989
		<u>82.572</u>	<u>79.706</u>	Recursos de convênios em execução	7	20.291	36.251
				Outras contas a pagar		357	81
						<u>79.564</u>	<u>83.734</u>
Não circulante				Não circulante			
Outros ativos		63	53	Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	13	8.165	12.573
Convênios a receber	7	-	19.185			<u>8.165</u>	<u>12.573</u>
Depósitos judiciais	8	1.935	3.809				
Investimentos		4	4				
Imobilizado	9	38.468	40.082				
Intangível		63	51				
		<u>40.533</u>	<u>63.184</u>				
				Patrimônio líquido	14		
				Fundo patrimonial		8.198	8.198
				Doações e subvenções		19.705	19.705
				Reserva de reavaliação		11.331	11.525
				Superávits (déficits) acumulados		(3.858)	7.155
						<u>35.376</u>	<u>46.583</u>
Total do ativo		<u><u>123.105</u></u>	<u><u>142.890</u></u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>123.105</u></u>	<u><u>142.890</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2018	2017
Receitas operacionais brutas			
Com restrição:			
Programa de saúde/convênio		3.643	445
Programa de saúde	15	120.855	120.386
Programa de assistência social	16	3.015	3.230
Rendimentos financeiros-saúde		37	119
Sem restrição:			
Sistema único de saúde - POA	17	156.613	162.694
Doações		7.461	7.573
Vendas de produtos e mercadorias		7.896	6.871
Rendimentos financeiros		144	387
Outros recursos recebidos		2.631	2.631
		<u>302.295</u>	<u>304.336</u>
Custos dos serviços prestados e produtos vendidos			
Saúde	18	(269.754)	(256.965)
Assistência social		(6.869)	(3.921)
		<u>(276.623)</u>	<u>(260.886)</u>
Resultado operacional bruto		<u>25.672</u>	<u>43.450</u>
Receitas/(despesas) operacionais			
Despesas com pessoal	19	(28.461)	(22.263)
Despesas gerais e administrativas	20	(1.303)	(7.737)
Materiais diversos		(8.332)	(8.092)
Depreciação		(1.132)	(705)
Outras receitas		2.915	2.935
Superávit/(déficit) antes das receitas/(despesas) financeiras		<u>(10.641)</u>	<u>7.588</u>
Receitas financeiras		-	-
Despesas financeiras		(566)	(451)
Superávit (déficit) do exercício		<u>(11.207)</u>	<u>7.137</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de Reais)

	Fundo patrimonial	Doações e subvenções	Reserva de reavaliação	Superávits (Déficits) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	8.198	19.705	11.799	(256)	39.446
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(274)	274	-
Superávit do exercício	-	-	-	7.137	7.137
Saldos em 31 de dezembro de 2017	8.198	19.705	11.525	7.155	46.583
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(194)	194	-
Déficit do exercício	-	-	-	(11.207)	(11.207)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	8.198	19.705	11.331	(3.858)	35.376

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	(11.207)	7.137
Ajustes:		
Depreciação	3.914	4.490
Provisões para rescisões trabalhistas	1.415	2.262
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidas	-	37
Valor residual do ativo imobilizado baixado	824	216
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	8.771	459
Provisão para contingências	(4.408)	365
	<u>(691)</u>	<u>14.966</u>
Aumento (diminuição) das contas de ativo e passivo		
Contas a receber	(11.656)	2.411
Estoques	(1.019)	(364)
Convênios a receber	6.676	(3.697)
Outros ativos	475	(349)
Depósitos judiciais	1.874	(1.205)
Fornecedores	1.187	1.622
Obrigações trabalhistas e tributárias	544	313
Recursos de convênios em execução	(12.371)	4.253
Outras contas a pagar	276	78
Caixa líquido das atividades operacionais	<u>(14.705)</u>	<u>18.028</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	(6.713)	(8.362)
Adições ao intangível	(12)	(7)
Caixa líquido das atividades de investimentos	<u>(6.725)</u>	<u>(8.369)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos, líquido	<u>8.368</u>	<u>(2.255)</u>
Caixa líquido das atividades de financiamentos	<u>8.368</u>	<u>(2.255)</u>
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(13.062)</u>	<u>7.404</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	28.180	20.776
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	15.118	28.180
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(13.062)</u>	<u>7.404</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Associação Obras Sociais Irmã Dulce (“Entidade”) é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, considerada de utilidade pública, que foi fundada e idealizada por Irmã Dulce Lopes Pontes, em 26 de maio de 1959 e instalada a 15 de agosto de 1959.

A Entidade tem por fim: (i) desenvolver a assistência social, hospitalar e farmacêutica, ação educativa e caridade, podendo, para tanto, promover a obtenção de recursos no Setor Público e no Setor Privado; e (ii) propor aos poderes públicos a adoção de providências e edição de normas com o objetivo de ampliar e aperfeiçoar a assistência hospitalar, social e educacional dos doentes, idosos e crianças carentes.

Para desempenho de sua ação educativa, a Entidade poderá ampliá-la à área profissionalizante, inclusive organizando unidades para a produção e comercialização de bens ou serviços gerados por meio da educação pelo trabalho.

A Entidade presta atendimento completamente gratuito, e os seus recursos são oriundos eminentemente do Sistema Único de Saúde (SUS), das doações e dos convênios celebrados com o Poder Público nas esferas Federal, Estadual e Municipal, não existindo qualquer contraprestação compulsória por parte do paciente pelo serviço prestado. Consequentemente, todos os gastos e despesas incorridos pela Entidade estão relacionados com suas finalidades estatutárias.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), incluindo a Resolução ITG 2002 (R1), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A autorização para conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Administração da Entidade em 10 de maio de 2019.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma na nota explicativa correspondente.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que também é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o número inteiro mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Entidade exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis da Entidade.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Entidade adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações contábeis e seus efeitos referem-se a:

- Nota Explicativa nº 9: Determinação de vidas úteis do ativo imobilizado;
- Nota Explicativa nº 5 e 7: Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa; e
- Nota Explicativa nº 13: Provisão para riscos cíveis e trabalhistas.

No entendimento da Administração da Entidade, os assuntos acima não apresentam risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

3. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir. As políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os saldos de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

Os saldos sem restrições são recursos a serem utilizados na manutenção da Entidade e não possuem restrições para sua utilização.

Os saldos com restrições são recursos com restrição de movimentação, pois sua utilização está vinculada aos convênios e contratos mantidos com terceiros ou necessita de deliberação da Governança Corporativa para destinação.

3.3. Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber decorrentes de contratos e convênios pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Entidade.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Entidade), os créditos a receber são classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas (impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado ou contratado, ajustado pela provisão para perda se necessária.

3.4. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo de aquisição usando-se o método da média ponderada móvel e, em geral, compreendem os materiais de utilização na operação da Entidade (medicamentos, materiais hospitalares, materiais de consumo, e etc.).

3.5. Imobilizado

3.5.1. Mensuração

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição ou construção, ou custo reavaliado, menos depreciação acumulada e a partir do exercício de 2008, líquido dos saldos de doações e subvenções aplicadas em imobilizado.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos

e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

3.5.2. Depreciação

Terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

As taxas médias anuais de depreciação para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

- Edificações e benfeitorias: 1,79%;
- Máquinas e equipamentos: 4% a 33,3%;
- Equipamentos médicos: 6,7% a 33,3%;
- Aparelhos diversos: 5% a 33,3%;
- Móveis e utensílios: 5,26% a 14,29%;
- Veículos: 10% a 20%;
- Equipamentos de informática: 5,88% a 33,3%;
- Outros ativos: 12,5% a 4,17%.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

3.5.3. Baixa

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil líquido do bem alienado e são reconhecidos em "Outras receitas e despesas", na demonstração do resultado.

3.5.4. Reavaliação

Em 31 de agosto de 2005, a Entidade procedeu à reavaliação dos bens do ativo imobilizado.

A reserva de reavaliação está sendo realizada a crédito do superávit acumulado, com base nas depreciações e/ou baixa dos respectivos bens reavaliados.

3.5.5. Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo de empréstimos e financiamentos, pelo

menor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo dos dois, o menor. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil-econômica estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento. Os juros implícitos no passivo reconhecido de empréstimos e financiamentos são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa de efetiva de juros. A Entidade não contratou ou manteve contratos de arrendamento mercantil no exercício de 2018.

3.5.6. Bem reversível - imóvel

Em setembro de 2013, a Entidade recebeu do Governo do Estado da Bahia, por meio da Secretaria da Administração sob Contrato de Concessão de Uso nº 0001/2013, não oneroso, pelo prazo de 20 anos do bem imóvel do antigo Campo do SESI, no montante de R\$ 2.267, para a construção de um centro oncológico (radioterapia) destinado ao atendimento integral de pacientes do SUS, podendo o Estado da Bahia no final do contrato realizar a transferência dominial de maneira gratuita.

3.6. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente. Os ativos não financeiros, que tenham sofrido impairment, são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.

3.7. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das operações, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é

provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.9. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos de créditos a receber e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), estejam próximos de seus valores justos, considerando os prazos de realização e liquidação desses saldos, de no máximo 360 dias. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais, futuros, pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Entidade para instrumentos financeiros similares. As taxas de juros efetivas nas datas dos balanços são as habituais no mercado e os seus valores justos não diferem significativamente dos saldos nos registros contábeis. As aplicações financeiras, representadas por aplicações em Caderneta de Poupança e Fundos de Curto Prazo e classificadas como empréstimos e recebíveis, foram avaliadas com base na taxa de remuneração contratada junto à respectiva instituição financeira, considerada como taxa habitual de mercado.

3.10. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.10.1. Receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviço no curso normal das atividades da Entidade.

A receita é apresentada líquida dos abatimentos e dos descontos. A Entidade reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

(i) Receitas do segmento de saúde

São receitas oriundas da contratação dos leitos pertencentes ao Hospital Santo Antônio e postos à disposição dos gestores Estadual e Municipal, por meio do Sistema Único de Saúde, pelo instrumento de contratualização de hospitais privados filantrópicos, pagos por dotação orçamentária do Ministério da Saúde. São reconhecidas no resultado pelo seu valor justo mensurado mensalmente por meio do cumprimento das metas quantitativas e qualitativas contratadas e pelo valor fixado no Contrato de Metas.

(ii) Receitas de convênios

São alocadas as receitas auferidas com convênios, subvenções e auxílios financeiros realizados com entidades de direito privado e público. À medida que a Entidade incorre em custos e aplica em investimentos (aquisição de imobilizado, reformas etc.), os valores são apropriados à receita de convênios. Após a divulgação do CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, revisado pelo CPC 07(R1), em 05/11/2010. A Entidade, por analogia, passou a constituir provisão para retificação de seu ativo imobilizado no montante dos recursos recebidos dessas doações e subvenções. Também considera as receitas oriundas dos contratos firmados com a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, para gestão de hospitais públicos do Estado. São reconhecidas pelo seu valor justo, apurado de acordo com os valores fixados em contrato e cumprimentos das metas estabelecidas apuradas na prestação de contas mensal.

(iii) Receitas de doações

São alocadas as receitas com doações em espécie, as quais são registradas quando do efetivo recebimento.

(iv) Receitas de venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Entidade não detém mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados em favor da Entidade.

(v) Receitas financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

3.10.2. Despesas

As despesas são registradas no resultado quando incorridas obedecendo ao regime de competência. As despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de despesas financeiras.

3.11. Tributação

A Entidade é imune do Imposto de Renda e da Contribuição Social por ser uma entidade de assistência social sem fins econômicos ou lucrativos que presta serviços para os quais foi instituída e põe à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado (Lei nº 9.532/97, artigo 12).

Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (Lei nº 9.532/97, artigo 15 § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, artigo 10).

As entidades consideradas isentas pela finalidade ou objeto deverão atender aos seguintes requisitos (Lei nº 9.532/97, artigo 12 § 2º Lei nº 9.718/98, artigo 10 § 3º e 18, IV):

- Não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados, exceto no caso de associações, fundações ou organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, cujos dirigentes poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva e desde que cumpridos os requisitos previstos nos arts. 3º e 16 da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor ser fixado pelo órgão de deliberação superior da entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015);
- Aplicar integralmente no país os seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos objetivos sociais;
- Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contados da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- Apresentar, anualmente, declaração de informações (SPED) Sistema Público de Escrituração Digital, em conformidade com o disposto em ato da Receita Federal do Brasil;
- Recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem assim cumprir as obrigações acessórias daí decorrentes;
- Assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda às condições para gozo da imunidade, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público;

- Outros requisitos relacionados com o funcionamento dessas entidades, determinados em lei específica.

Com a mudança do formato de concessão de imunidade tributária municipal, em Salvador, promovida pela atual gestão do município, a Entidade necessitou pedir novo reconhecimento de imunidade tributária municipal, por meio do processo nº 87.646/2013, tendo seu pleito deferido publicado no Diário Oficial do Município de Salvador, em 19 de março de 2014, para o IPTU, não incidência de Taxa de Coleta, Remoção de Resíduos Sólidos Domiciliares-TRSD.

3.12 Adoção inicial das normas novas e revisadas

A Entidade adotou inicialmente a IFRS - 15 Receita de Contratos com Clientes e IFRS 9 - Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018, sem impacto material nas demonstrações contábeis da Entidade.

3.12.1 CPC - 47 (IFRS - 15) Receita de contrato com cliente

Este pronunciamento estabelece novos critérios sobre aspectos relacionados à receita, incluindo a identificação de uma obrigação de performance e momento de reconhecimento de receita baseado na transferência do controle de um bem ou serviço. Uma entidade avalia o atendimento de determinados critérios estabelecidos nesse pronunciamento para avaliar se o reconhecimento da receita deve ocorrer em um momento específico ou ao longo do tempo, quando a entidade satisfizer às obrigações de performance.

A Administração avaliou e concluiu que, em função do tipo de receita gerada pela Entidade, a nova norma não tem efeitos significativos na mensuração e reconhecimento das receitas em relação aos critérios utilizados anteriormente.

3.12.2 CPC - 48 (IFRS - 9) Instrumentos Financeiros

O CPC 48 (IFRS 9) estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Entidade relacionadas a ativos e passivos financeiros.

Adequações - IFRS 9 / CPC 48		
Ativo/passivo financeiro	Classificação anterior	Classificação - IFRS 9 / CPC 48
Bancos conta movimento	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado
Equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado
Aplicações financeiras	Mantidos até o vencimento	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Custo amortizado

3.12.3 CPC - 06 (IFRS - 16) Operações de Arrendamentos Mercantil

Requer o reconhecimento dos arrendamentos mercantis operacionais nos mesmos formatos dos arrendamentos mercantis financeiros, essa alteração entra em vigor a partir do exercício iniciados em ou após 01 de janeiro de 2019.

A Administração irá avaliar os possíveis impactos pela adoção dessa nova norma em suas demonstrações contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Rendimento	2018	2017
Recursos sem restrição:			
Caixa e bancos conta movimento		413	485
Aplicações financeiras	5,00% CDI a 9,8% a.a.	304	11.203
		717	11.688
Recursos com restrição:			
Caixa e bancos conta movimento		46	464
Fundos de curto prazo	5,00% CDI a 13,54% a.a.	12.285	11.140
Poupanças	TR+6,00 a.a.%	2.070	4.888
		14.401	16.492
		15.118	28.180

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Entidade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Os rendimentos das aplicações são reconhecidos no resultado, quando incorridos, e suas taxas equivalem às de mercado para esse tipo de aplicação.

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

5. Contas a receber

Descrição	2018	2017
Plano operativo anual (a)	23.235	10.861
Sistema Único de Saúde - Alta Complexidade. -SUS	4.825	4.694
Clientes por vendas de produtos e serviços	3.141	2.700
	<u>31.201</u>	<u>18.255</u>
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(1.878)	(588)
	<u>29.323</u>	<u>17.667</u>

Plano operativo anual

Em função do município de Salvador ter alcançado a gestão plena da saúde, em março de 2006, a SMS-Secretaria Municipal de Saúde de Salvador assumiu a gestão do contrato, por meio do Termo de Convênio 018/2007, cujo objetivo é prestar serviços assistenciais, de ensino, pesquisa e desenvolvimento de tecnologia no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da integração do hospital à rede regionalizada e hierarquizada do Sistema, sob a forma de Plano Operativo Anual. Em 2011, o Ministério da Saúde por meio da Portaria SAS/MS nº 741, transferiu a Entidade para a gestão estadual, por meio do contrato 111/2011. As Portarias SAS/MS nº297 de março de 2013, nº 176 de março de 2014 e nº 322 de abril de 2015, prorrogaram sucessivamente a permanência da Entidade na gestão estadual.

Para os exercícios 2015-2016, a permanência na gestão do Estado da Bahia foi aprovada pela Resolução CIB 067/2015 de maio de 2015. O Plano Operativo é regido pelo Contrato 06/2012, com o 7º Termo Aditivo que vigeu até maio de 2015. A Entidade continuou prestando serviços ao Gestor Local do SUS até 31 de dezembro de 2016, sem cobertura contratual. Em 13 de março de 2017, foi assinado o Contrato 014/2016, com prazo de vigência de 180 dias. A Entidade continuou ao longo do exercício prestando serviços ao Sistema Único de Saúde, sem solução de continuidade nas avaliações mensais de desempenho e cumprimentos de metas pactuadas no referido Contrato 014/2016, como também, recebendo as remunerações pelos serviços prestados. A Entidade, por intermédio da carta CE SUP 73/2017, em 31 de outubro de 2017, solicitou a adoção de providências do Gestor do SUS, visando à celebração do novo Contrato, com a finalidade de se manter integrada à rede SUS do Estado da Bahia. A Entidade permaneceu sem contrato de entre outubro de 2017 e dezembro de 2018, no entanto, continuou prestando serviços regularmente ao Gestor do SUS, a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia. (Ver nota 24)

Por meio desse instrumento a Entidade se compromete a dedicar 100% de seus leitos ativos ao SUS, disponibilizando-os para a Central de Regulação, executando serviços de atendimento hospitalar, ambulatorial e serviços de apoio diagnóstico e terapêutico, realizar procedimentos alta e média complexidade, com metas físicas pré-estabelecidas em contrato., cujas principais estão discriminadas abaixo. As metas qualitativas são avaliadas trimestralmente com acompanhamento mensal, por sistema de pontuação, que avaliam humanização (22,0), manutenção e conservação (5,0), qualidade na assistência (30,0), qualidade na informação (8,0), gestão clínica (30,0), formação continuada (5,0), atividades de ensino e pesquisa e metas financeiras que deverão ser cumpridas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

em pelo menos 91%, o conjunto dos critérios do cumprimento das metas físicas e de avaliação de desempenho, condiciona o pagamento do valor integral da parte física e variável do orçamento financeiro do contrato. A Entidade oferta 100% de seus leitos e de sua capacidade instalada para atendimento ambulatorial ao Sistema Único de Saúde.

As metas previstas conforme contrato de gestão, são apresentadas a seguir:

▪ Internação em média complexidade

Áreas de internação	Nº de leitos	AIH semestrais
Clínica cirúrgica	124	3.540
Clínica médica	338	1.638
Clínica médica (leitos de retaguarda)	39	606
Clínica pediátrica	92	2.046
Psiquiatria	33	234
Crônicos	298	2.772
	<u>924</u>	<u>10.836</u>

▪ Internação de alto custo em média complexidade

Especialidade	AIH semestrais
UTI pediátrica	1.482
UTI adulto	1.482
	<u>2.964</u>

▪ Internação de média complexidade leitos de retaguarda

Especialidade	Nº de leitos	AIH semestrais
Leitos novos	22	6.048
Leitos qualificados	17	-
	<u>39</u>	<u>6.048</u>

▪ Atendimento hospitalar de alta complexidade-pós fixado

	AIH semestrais
Atendimento de alta complexidade-pós fixado	1.182
	<u>1.182</u>

▪ Procedimentos de alto custo de internação em alta complexidade

Especialidade	AIH semestrais
UTI pediátrica	162
UTI adulto	162
	<u>324</u>

▪ Procedimentos de alto custo diárias de UTI adulto

Especialidade	Físico semestral
UTI adulto	732
	<u>732</u>

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

- Atendimento ambulatorial de média complexidade(MAC)-pré fixado

<u>Especialidade</u>	<u>Físico semestral</u>
Diversas	915.624
	<u>915.624</u>

- Atendimento ambulatorial de alta complexidade(MAC)-pós fixado

<u>Especialidade</u>	<u>Físico semestral</u>
Diversas	75.066
	<u>75.066</u>

- Atendimento ambulatorial FAEC de média complexidade-pós fixado

<u>Especialidade</u>	<u>Físico semestral</u>
Diversas	4.782
	<u>4.782</u>

- Atendimento ambulatorial -Procedimentos da Atenção Básica (PAB)

<u>Especialidade</u>	<u>Físico semestral</u>
Diversas não incluídas no valor físico financeiro do contrato	
	<u>65.796</u>

A Entidade obedecendo a sua vocação e as suas diretrizes estatutárias, em junho de 2013, assumiu a gestão de um centro de convivência para prestar cuidados assistenciais de saúde e sociais à população em risco social, localizada na região do Centro Histórico de Salvador, o "Centro de Convivência Irmã Dulce dos Pobres" - CCIDP, com recursos incluídos no POA no Termo Aditivo 05/2013, ao Contrato 06/2012, no valor mensal de R\$ 168. Mantido no Contrato 014/2016

O Contrato 014/2016 estabelece o teto financeiro da parte pré-fixada no valor mensal de R\$ 10.566, com o teto do orçamento financeiro pós-fixado no valor mensal de R\$ 2.821.

A Entidade constituiu provisão para devedores duvidosos, que julga suficiente para fazer face às expectativas de perda, e cujo saldo em 31 de dezembro de 2018, refere-se a créditos vencidos há mais de 180 dias da data do balanço.

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

6. Estoques

Os estoques correspondem a medicamentos, material hospitalar e material de suprimento, cuja valorização é feita com base no custo médio de aquisição, não superando o valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Descrição	2018	2017
Drogas e medicamentos	2.184	2.089
Material hospitalar	2.695	2.200
Material de uso e consumo	1.563	703
Estoques para revenda - Cesa	569	420
Material laboratório	287	291
Outros estoques	204	660
(-) Provisão para perda por obsolescência	(142)	(22)
	<u>7.360</u>	<u>6.341</u>

7. Convênios a receber e recursos de convênio em execução

Descrição	2018	2017
Ativo:		
SESAB Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (a)	28.015	44.459
Contratos OS/SESAB - HO (c) (i)	1.933	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.079)	(143)
	<u>28.869</u>	<u>44.316</u>
Circulante	26.936	25.131
Não circulante	15.027	19.185
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(15.027)	-
	<u>26.936</u>	<u>25.131</u>
Passivo:		
SESAB		
FNS - Ministério da Saúde (b)	338	3.460
Sua Nota e Um Show		96
CMDCA - Prefeitura Municipal de Simões Filho	178	
Sharp/Dhome	-	1.546
SEMPS	1	1
Secretaria de Justiça -SJDHDS	-	149
Contratos OS/SESAB - HO (c) (i)	-	3.080
Contratos OS/SESAB - HES (c) (ii)	8.326	8.836
Contratos OS/SESAB - HSJ (c) (iii)	1.687	4.058
Contratos OS/SESAB - HRDMDS (c) (iv)	9.761	15.025
	<u>20.291</u>	<u>36.251</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa referente aos convênios a receber no circulante está demonstrada a seguir:

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Saldos em 01 de janeiro	(143)	-
Adições e baixas	(936)	(143)
Saldos em 31 de dezembro	<u>(1.079)</u>	<u>(143)</u>

A Entidade optou por constituir provisão para devedores duvidosos sobre os saldos contabilizados no ativo não circulante, pois entende que há razoável incerteza de receber seus créditos junto à Secretaria de Saúde do Estado da Bahia-SESAB, pela gestão das Unidades de Saúde por ela administradas sob a forma de OS (Organização Social), pois, não tem obtido da SESAB data estimada para a liquidação dos créditos em aberto na data do Balanço.

(a) SESAB - Secretaria de Saúde do Estado da Bahia

	2018	2017
Circulante		
Hospital do Oeste (i)	18.516	13.775
Hospital Regional Mário Dr. Sobrinho Hospital (ii)	8.112	10.663
Hospital Eurídice Santana (iii)	1.387	693
	<u>28.015</u>	<u>25.131</u>
Não Circulante		
Hospital São Jorge (iv)	-	8.328
Hospital Regional Mário Dr. Sobrinho Hospital (ii)	-	6.263
Hospital do Oeste (i)	-	4.158
Hospital Eurídice Santana (iii)	-	436
	<u>-</u>	<u>19.185</u>
	<u>-</u>	<u>44.316</u>

(i) Hospital do Oeste (HO): refere-se a convênio com a SESAB para execução de ações e serviços de saúde que assegurem assistência universal e gratuita à população no Hospital do Oeste, em Barreiras, Bahia, por meio do contrato nº 002/2013 assinado em janeiro de 2013, por um período de dois anos, com valor mensal de R\$ 4.317. Em agosto de 2014 foi editada a Apostila 090/2014, corrigindo o valor do contrato para R\$ 4.558. A partir de abril de 2015 o valor mensal passou a ser R\$ 4.942. A partir de abril de 2015, a Entidade permaneceu na administração da unidade hospitalar sem cobertura contratual, sob indenização. Em setembro de 2015, foi lançado o Edital de Seleção Pública nº010/2016, para a contratação de operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no Hospital do Oeste, por um período de 24 meses, tendo a Entidade se sagrado vencedora, foi assinado em 1º de fevereiro, contrato nº 011/2017, com valor mensal de R\$ 5.340; (ver nota 24)

(ii) Hospital Regional Mário Dourado Sobrinho (HRMDS): contrato nº 046/2012 para a gestão organização, e execução de ações de serviços de saúde administração do hospital no município de Irecê, Bahia, no valor mensal de R\$ 3.216, a partir de outubro de 2012. Em 2013, a Entidade sagrou-se vencedora do procedimento licitatório, assumindo a gestão da unidade hospitalar, por meio do Contrato nº 084/2013, pelo período de 24 meses. Em novembro de 2015 foram publicadas as Apostilas 091 e 092 ao referido contrato, aplicando correções retroativas a dezembro de 2014 e de janeiro a março de 2015, o valor mensal

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

passou a ser R\$ 4.056 (2015 R\$ 4.056). Termo Aditivo nº 187/2015, prorroga o contrato até 30 de novembro de 2016. O Termo Aditivo nº163/2016 prorroga a vigência com termo final em 28 de novembro de 2017. Em 28 de novembro de 2017, foi assinado o Termo Aditivo nº 200/2017, prorrogando o Contrato nº 084/2013, até 28/05/2018, em 06 de junho de 2018 foi publicado o Termo Aditivo nº 068/2018 prorrogando os termos do Contrato 084/2018 até 28 de novembro de 2018. O Termo Aditivo nº 141/2018 prorroga a vigência do Contrato por 12 meses, a partir de 29 de novembro de 2018;

(iii) Hospital Eurídice Santana (HES): contrato de gestão nº 016/2014 assinado em 1º de março de 2014 para a administração do hospital no município de Santa Rita de Cássia, Bahia, por um período de 2 (dois) anos. A Apostila 090/2015, de novembro de 2015, concedeu reajuste ao contrato, retroativo a fevereiro de 2015, cujo valor mensal é de R\$ 693 (2016 R\$ 693). Em Junho de 2017, foi publicada a Resolução Ad Referendum nº 05/2017, aprovando prorrogação do Contrato 016/2014, 2º termo aditivo, por 12 meses. O Termo Aditivo 011/2018 prorroga a vigência do Contrato de 01 de março de 2018 até 28 de fevereiro de 2019; (Ver nota 24)

(iv) Hospital São Jorge (HSJ), UPA Roma: contrato de prestação de serviços de gestão com valor mensal de R\$ 2.381 (2015 R\$ 1.998) com vigência até junho de 2015 conforme Termo aditivo nº 122/2014. A gestão é executada sob pagamento por indenização, até a SESAB licitar o contrato. A partir de julho de 2016, a UPA, foi fechada para o atendimento ao público, com a finalidade de concluir as reformas estruturais para a transformação no Hospital da Mulher, consumando-se o fim da gestão da Unidade de Saúde pela Entidade, em dezembro de 2016. A composição do saldo a receber em 2017 corresponde ao faturamento dos meses de setembro a novembro de 2016 no valor de R\$ 6.027, conforme parecer técnico emitido pela Sesab e com as respectivas notas fiscais protocoladas, bem como, das notas fiscais das diferenças de reajuste INPC retroativo a 09/06/2016 e 10/06/2015, no valor de R\$ 2.301. Em 31 de dezembro de 2018, a administração em face das respostas do credor quanto a possibilidade de liquidação do crédito, constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor integral do direito a receber no valor de R\$ 8.328.

(b) FNS - Fundo Nacional de Saúde - Ministério da Saúde

A Entidade recebe recursos de convênios do Ministério da Saúde, por meio do Fundo Nacional de Saúde, oriundos de emendas parlamentares, para aplicação em aquisição de equipamentos hospitalares e reforma de sua estrutura física, visando à ampliação de suas dependências e a humanização do atendimento dos pacientes da rede pública e conveniada ao Sistema Único de Saúde, SUS. Em atendimento as Instruções Normativas nº 1/97 e nº 3/2003 da Secretaria do Tesouro Nacional, a Entidade possui obrigatoriedade de prestar conta dos valores aplicados de acordo com as regras de licitação previstas na Lei nº 8.666/93 e da Lei 10.520/2002. A Entidade sofre auditoria periódica do Ministério da Saúde, para verificar a adequada aplicação dos recursos públicos, de acordo com as exigências de lei e do plano de trabalho aprovado.

Os saldos passivos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 referem-se aos gastos ainda não realizados pela Entidade e ainda a novos recursos recebidos por meio de convênios firmados com o Ministério da Saúde, destinados à reforma da estrutura física e aquisição de equipamentos hospitalares ou despesas de custeio.

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

(c) Contratos OS/SESAB

O Governo do Estado da Bahia criou o Programa Estadual de Organizações Sociais com o objetivo de fomentar a absorção da gestão de atividades ou serviços públicos por entidades sem fins lucrativos selecionados e qualificados como Organizações Sociais. Por meio de contrato de gestão, que é o instrumento que institui e disciplina parceria entre o Estado e as Organizações Sociais, pactua-se a gestão de determinados serviços públicos, buscando resultados de eficiência e eficácia com flexibilidade, por meio de metas pactuadas, sem descuidar dos princípios que regem a administração pública, principalmente a eficiência e a economicidade, atualmente regida pela Lei nº 8.647, em 22 de janeiro de 2004, e pelo Decreto nº 8.890.

Com a finalidade de ajustar o resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, ao cumprimento do que determina a legislação pertinente, a Entidade constituiu provisão para devolução dos repasses dos convênios, no montante dos resultados líquidos apurados em cada contrato de gestão.

(i) Hospital do Oeste (HO)

	2018	2017
Receitas operacionais brutas		
Com restrição:		
Programa de Saúde	65.217	64.510
Rendimentos financeiros	-	105
Outros recursos recebidos	-	-
Glosas	(1.701)	(1.276)
Resultado operacional bruto	63.516	63.339
Receitas/(despesas) operacionais		
Despesas com pessoal	(47.464)	(46.544)
Despesas gerais e administrativas	(8.229)	(6.514)
Materiais	(13.238)	(11.851)
Depreciação	(14)	(15)
Outras despesas	-	(143)
Outras receitas	431	446
Déficit antes das (despesas) financeiras	(4.998)	(1.282)
Despesas financeiras	(15)	(15)
Déficit do exercício	(5.013)	(1.297)

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

(ii) Hospital Eurídice Santana

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas operacionais brutas		
Com restrição:		
Programa de Saúde	8.320	8.321
Rendimentos financeiros	7	5
Resultado operacional bruto	<u>8.327</u>	<u>8.326</u>
Receitas/(despesas) operacionais		
Despesas com pessoal	(5.812)	(5.622)
Despesas gerais e administrativas	(1.678)	(1.021)
Materiais	(1.345)	(1.240)
Depreciação	(2)	(2)
Superávit antes das (despesas) financeiras	<u>(510)</u>	<u>441</u>
Despesas financeiras	(1)	(2)
Superávit do exercício	<u>(511)</u>	<u>439</u>

(iii) Hospital Regional Doutor Mário Dourado Sobrinho

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas operacionais brutas		
Com restrição:		
Programa de Saúde	49.019	48.832
Rendimentos financeiros	30	8
Resultado operacional bruto	<u>49.049</u>	<u>48.840</u>
Receitas/(despesas) operacionais		
Despesas com pessoal	(34.788)	(34.767)
Despesas gerais e administrativas	(10.578)	(3.818)
Materiais	(8.937)	(8.461)
Depreciação	-	(1)
Superávit antes das (despesas) financeiras	<u>(5.254)</u>	<u>1.793</u>
Despesas financeiras	(10)	(8)
Superávit do exercício	<u>(5.264)</u>	<u>1.785</u>

8. Depósitos judiciais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Depósitos judiciais	450	2.676
Bloqueios judiciais	1.485	1.133
	<u>1.935</u>	<u>3.809</u>

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

A movimentação dos depósitos judiciais pode ser assim demonstrada:

Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.604
Adições	2.867
Baixas	(1.662)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.809
Adições	2.593
Baixas	(4.467)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.935

Os depósitos judiciais são constituídos por valores depositados em conta remunerada e vinculada em bancos oficiais, com o objetivo de garantir a viabilidade do conhecimento dos recursos nas ações que a Entidade figura como parte.

Visando recuperar valores depositados em garantia de processos judiciais, a Entidade constituiu escritório de advogados especializados em recuperação desses créditos não sacados em processos encerrados.

Os bloqueios judiciais são recursos bloqueados pelo juiz, em recursos em conta corrente ou aplicações financeiras, até o montante do valor da causa nas ações que a Entidade é ré, como garantia de futura execução judicial contra a Entidade, pela outra parte se vencedora na ação.

9. Imobilizado

	2018			2017
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edificações e benfeitorias	48.286	(12.054)	36.232	37.126
Máquinas e equipamentos	6.322	(3.585)	2.737	2.633
Equipamentos médicos	28.296	(12.869)	15.427	15.275
Aparelhos diversos	1.395	(563)	832	811
Móveis e utensílios	3.505	(2.272)	1.233	1.106
Veículos	1.790	(1.033)	757	574
Equipamentos de informática	7.872	(6.214)	1.658	2.045
Outros ativos	148	-	148	137
Terrenos	2.777	-	2.777	2.777
Obras em andamento (a)	2.142	-	2.142	864
Recursos de doações e subvenções	(25.475)	-	(25.475)	(23.266)
	77.058	(38.590)	38.468	40.082

(a) Refere-se, principalmente, aos custos incorridos com a ampliação do Centro Cirúrgico com a construção da 11ª sala e a reforma da fachada do CMSALP. Bem como, da etapa da UDD- Unidade Dona Dulce, nova unidade de pronto atendimento, como unidade de retaguarda dos pacientes da Unacon.

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

A Entidade mantém registrada reavaliação dos bens do ativo imobilizado, resultando em mais valia de R\$ 11.331 (Em 2017 R\$ 11.525), contabilizada a débito do ativo imobilizado em contrapartida da reserva de reavaliação no patrimônio líquido.

A movimentação do saldo no exercício é a seguinte:

	31/12/2017	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2018
Imobilizado em serviço -					
Custo					
Edificações e benfeitorias	47.721	559	(45)	51	48.286
Máquinas e equipamentos	5.937	698	(227)	(86)	6.322
Equipamentos médicos	29.153	3.052	(3.909)	-	28.296
Aparelhos diversos	1.397	89	(91)	-	1.395
Móveis e utensílios	3.437	324	(256)	-	3.505
Veículos	1.516	269	(78)	83	1.790
Equipamentos de informática	8.868	382	(1.381)	3	7.872
Outros ativos	137	11	-	-	148
Terrenos	2.777	-	-	-	2.777
	<u>100.943</u>	<u>5.384</u>	<u>(5.987)</u>	<u>51</u>	<u>100.391</u>
Depreciação acumulada					
Edificações e benfeitorias	(10.595)	(1.466)	7	-	(12.054)
Máquinas e equipamentos	(3.304)	(444)	163	-	(3.585)
Equipamentos médicos	(13.878)	(2.224)	3.233	-	(12.869)
Aparelhos diversos	(586)	(78)	101	-	(563)
Móveis e utensílios	(2.331)	(165)	224	-	(2.272)
Veículos	(942)	(204)	113	-	(1.033)
Equipamentos de informática	(6.823)	(713)	1.322	-	(6.214)
	<u>(38.459)</u>	<u>(5.294)</u>	<u>5.163</u>	<u>-</u>	<u>(38.590)</u>
Subtotal	<u>62.484</u>	<u>90</u>	<u>(824)</u>	<u>51</u>	<u>61.801</u>
Obras em andamento	864	1.329	-	(51)	2.142
Valores provenientes de convênios	(23.266)	(3.589)	1.380	-	(25.475)
	<u>40.082</u>	<u>(2.170)</u>	<u>556</u>	<u>-</u>	<u>38.468</u>

10. Empréstimos e financiamentos

	Encargos	2018	2017
Bradesco S.A. - CDC	15,39% a. a	-	221
Bradesco S.A. - Conta Garantida	100% CDI + 0.3% a.m.	3.504	-
Santander S.A. - Conta Garantida	17,32% a. a	5.085	-
		<u>8.589</u>	<u>221</u>
Circulante		8.589	221

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

11. Obrigações sociais e trabalhistas

	2018	2017
Salários a pagar	6.857	6.519
FGTS a pagar	1.225	1.164
Provisão de férias	12.597	11.952
FGTS s/ férias	1.008	957
INSS retido folha	741	928
Outras obrigações		89
	<u>22.428</u>	<u>21.609</u>

12. Provisão para rescisões trabalhistas

	2018	2017
Provisão para rescisões - HO (i)	7.731	7.176
Provisão para rescisões - HRMDS (ii)	4.527	3.836
Provisão para rescisões - HES (iii)	1.146	977
	<u>13.404</u>	<u>11.989</u>

A Entidade, com a finalidade de reconhecer os efeitos da Lei nº 8.647/2003 do Estado da Bahia a qual rege as atividades das Organizações Sociais no âmbito dos contratos com o Estado da Bahia, provisionou montante correspondente aos efeitos de rescisões trabalhistas de seus colaboradores lotados nos hospitais por ela administrados:

- (i) Hospital do Oeste (HO) - Em 1 de fevereiro de 2017 foi assinado o Contrato de Gestão nº 011/2017 com prazo de vigência até 31/01/2019.
- (ii) Hospital Regional Doutor Mário Sobrinho (HRMDS), encerrou-se em 30 de novembro de 2015, teve seu prazo de vigência prorrogado em dezembro de 2016, por meio do Termo Aditivo nº 163/2016, até 30 de novembro de 2017. Em 28 de novembro de 2017, foi assinado o Termo Aditivo nº 200/2017, prorrogando o Contrato nº 084/2013, até 28/05/2018 ; em 06 de junho de 2018 foi publicado o Termo Aditivo nº 068/2018 prorrogando os termos do Contrato 084/2018 até 28 de novembro de 2018. O Termo Aditivo nº 141/2018 prorroga a vigência do Contrato por 12 meses, a partir de 29 de novembro de 2018;
- (iii) Hospital Eurídice Santana (HES) - Contrato encerrado em 1º de março de 2016, tendo sido prorrogado por meio do Termo Aditivo nº028/2016, /por um ano, com termo final em 28 de fevereiro de 2017. Em Junho de 2017, foi publicada a Resolução Ad Referendum nº 05/2017, aprovando prorrogação do Contrato 016/2014, 2º termo aditivo, por 12 meses. O Termo Aditivo 011/2018 prorroga a vigência do Contrato de 01 de março de 2018 até 28 de fevereiro de 2019;(Ver nota 24)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

13. Provisão para riscos cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos cíveis e trabalhistas foram constituídas para fazer face às perdas prováveis em processos administrativos e judiciais relacionados a processos trabalhistas e cíveis, com expectativa de perda provável, segundo o aconselhamento e avaliação de advogados e assessores jurídicos, como segue:

	2018	2017
Trabalhistas		
Plano Collor (a)	5.963	5.779
Provisão para riscos trabalhistas - HSJ (b)	-	5.958
Outras	1.490	100
Total	<u>7.453</u>	<u>11.837</u>
Cíveis (c)	712	736
	<u>8.165</u>	<u>12.573</u>

A movimentação dos saldos é apresentada a seguir:

	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	12.056	152	12.208
Adição	-	584	584
(-) Baixa	(219)	-	(219)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>11.837</u>	<u>736</u>	<u>12.573</u>
Adição	1.574	-	1.574
(-) Baixa	(5.958)	(24)	(5.982)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>7.453</u>	<u>712</u>	<u>8.165</u>

a) Plano Collor

A Entidade é ré em ação judicial, nº 00591-1996-000-05-0-00 RT, movida pelo Sindicato dos Profissionais de Enfermagem, Técnicos, Duchistas e Massagistas de Salvador, em que 616 profissionais questionam a compensação de 84,32% que teria sido realizada indevidamente na correção salarial de 1º de janeiro de 1992. A Entidade entrou com Ação Rescisória, objetivando a suspensão da execução que se promovia do processo, logrando êxito em parte, reduzindo o valor da condenação no litígio principal nº 01116-1992-004-05-00-0 RT. Após essa decisão, o Sindicato interpos Recurso Ordinário, o qual foi negado, Embargos de Declaração, seguimento negado, interpôs Recurso Extraordinário, negado provimento ao recurso, opôs Embargos de Declaração que tiveram seu provimento negado em todas as instâncias. Foi mantido o Acórdão que julgou procedente em parte a Ação Rescisória, a decisão proferida na Ação Rescisória, teve, portanto, seu trânsito em julgado. A ação aguarda julgamento de Agravo de Instrumento em Recursos de Revista interposto pela Entidade.

b) Provisão para riscos trabalhistas - HSJ

Em razão do encerramento do Contrato de Gestão do Hospital São Jorge, com o fim de reconhecer no resultado da Unidade um possível risco trabalhista relacionado ao modelo de contratação de profissionais médicos que atuaram nessa Unidade de Saúde ao longo da relação contratual, estimou com base nos montantes pagos nos últimos 5 (cinco) exercícios e constituiu provisão no valor de R\$ 5.958. A Entidade julgou procedente reverter o saldo integral da provisão constituída, uma vez que, o prazo prescricional expirou para ingresso de novas ações judiciais trabalhistas.

c) Cíveis

A Entidade é ré em algumas ações cíveis movidas por pacientes que pleiteiam indenizações por erros médicos e danos morais.

Adicionalmente, a Entidade possui outros processos de naturezas tributárias, trabalhistas e cíveis avaliados como perdas possíveis, para os quais não foram constituídas provisões, cujos saldos em 31 de dezembro de 2018 somam R\$ 3.327 (2017 - R\$ 5.039).

14. Patrimônio líquido

a) Fundo patrimonial

Composto pelo patrimônio de formação da Entidade, no montante de R\$ 8.198.

b) Doações e subvenções

Formado pelas doações de bens imóveis, veículos, equipamentos, ou pelos recursos doados especificamente para a aquisição de bens dessa natureza até 31 de dezembro de 2008, no montante de R\$19.705. A partir de 1º de janeiro de 2008, a Entidade passou a contabilizar esses valores em conta redutora do ativo originado pelas doações e subvenções, em analogia ao CPC 07 (R1) de 5 de novembro de 2010.

c) Reserva de reavaliação

Em 31 de agosto de 2005, a Entidade procedeu à reavaliação dos bens do ativo imobilizado. Com o advento da Lei nº 11.638/07, a Entidade decidiu manter o saldo da reserva de reavaliação em conformidade com as isenções permitidas pelo CPC 13, que está sendo apropriada ao superávit acumulado com base na depreciação e ou baixa dos bens reavaliados. Em 31 de dezembro de 2018 a Entidade possuía registrado na reserva de reavaliação o montante de R\$ 11.331 (2017 - R\$ 11.525).

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

15. Receitas operacionais com restrição - Programa de saúde

	2018	2017
SESAB - Hospital do Oeste	63.516	63.234
SESAB - HRMDS	49.019	48.832
SESAB - Hospital Eurídice Santana	8.320	8.320
SESAB - Hospital São Jorge	-	-
	<u>120.855</u>	<u>120.386</u>

16. Receitas e custos operacionais - Programa de Assistência Social

	2018	2017
Receitas da Assistência Social	3.015	3.230
Custos da Assistência Social prestada	(1.471)	(3.921)

Programa de Assistência Social

A Entidade atua na área de Assistência Social através do Centro de Acolhimento à Pessoa com Deficiência João Paulo II - CAPD, do Centro de Geriatria e Gerontologia Júlia Magalhães - CGGJM, Centro Educacional Santo Antônio - CESA e do Programa Jovem Aprendiz.

O Centro de Acolhimento à Pessoa com Deficiência João Paulo II - CAPD, presta acolhimento e proteção integral a 82 pessoas portadoras de deficiência, sem condições de auto sustentabilidade, em função da deficiência e da perda dos vínculos familiares e sociais, essas pessoas foram acolhidas pela Entidade. Os objetivos primordiais são: favorecer o desenvolvimento pessoal, o bem-estar, a inclusão social e a desinstitucionalização, através da efetiva aplicação das políticas públicas. A faixa etária dos usuários está entre 20 e 69 anos. Foram admitidos na Instituição até o ano de 2005, sendo, em sua maioria, acolhidos pela própria Fundadora, Irmã Dulce.

O Centro de Geriatria e Gerontologia Júlia Magalhães - CGGJM atende ao idoso em risco social e portador de síndrome de fragilidade, através da prestação de cuidados básicos, propiciando atividades de socialização, lazer e terapias ocupacionais, objetivando melhorar a sua interação e autonomia. São 72 idosos admitidos no abrigo, que foram encaminhados por órgãos públicos ou ingressaram através de demanda espontânea.

A Entidade desenvolve ações voltadas para o oferecimento de proteção social básica a 763 crianças e adolescentes matriculados no Centro Educacional Santo Antônio - CESA, Escola Pública de ensino fundamental que funciona nas dependências de sua filial localizada no município de Simões Filho, na Bahia. São cerca de 500 famílias atendidas, com diversos níveis de carência: econômica, afetiva e cultural, decorrentes das condições de privação, identificadas pelo

Serviço Social da Entidade.

Com o objetivo de promover a afirmação e efetivação dos direitos fundamentais desses usuários, o Programa de Inclusão Social-PIS, Convênio com a Prefeitura Municipal de Simões Filho-BA, com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA, complementados com doações e recursos oriundos da venda de produtos produzidos, através do Centro de Panificação mantido pela Entidade, também recursos do Programa de Atendimento e Inclusão Social - PAIS, em convênio com a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social - SJDHDS, ofereceu atividades diversificadas como oficinas lúdicas, artísticas, desenvolvimento pessoal e social, intercâmbios de cultura e lazer, além de complementação alimentar e distribuição de uniformes. Em paralelo, investiu no estabelecimento de uma relação de confiança e afeto com as famílias. Estas atividades de apoio à Assistência Social, foram reconhecidas no Resultado do Exercício na Rubrica Assistência Social.

Programa Dulce Aprendiz (Jovem Aprendiz)

O Programa Dulce Aprendiz foi registrado em 30 de novembro de 2015, sob o nº 43.117, pela portaria MTE 723/12, com cadastro no CNAF do curso Técnico em operações administrativas, aprovado pelo CMDCA-Salvador-BA, sob nº 036/92. Conforme a lei 10.097, de 19 de dezembro de 2000. A Entidade forma o aprendiz, ofertando um curso de formação de 1.280 horas teóricas e práticas. O Programa visa prioritariamente atender jovens e adolescentes, em situação de vulnerabilidade social, entre 14 e 24 anos, com exceção dos portadores de deficiência para os quais não há limite de idade. Os jovens são selecionados após inscrição no programa, com aplicação de avaliação escrita e entrevista. Aqueles que forem selecionados serão treinados por meio de aulas teóricas e pela prática de trabalho nas dependências da Entidade. As empresas parceiras do Programa são responsáveis pelo pagamento de ajuda de custo de transporte e de uma bolsa que contempla um salário mínimo proporcional às horas trabalhadas. Há também a cobrança à empresa parceira de uma contribuição mensal por aprendiz/mês, variando entre R\$ 130,00 a 230,00 (cento e trinta a duzentos e trinta reais). Para os jovens participantes do programa há gratuidade integral. As taxas cobradas das empresas parceiras são aplicadas na manutenção do Programa Dulce Aprendiz.

A Entidade utiliza suas receitas sem restrição, principalmente, Doações R\$ 7.461 (2017 R\$ 7.573) e Vendas de produtos e mercadorias R\$ 2.498 (2017 R\$ 1.321) para cobertura do déficit das atividades fim, bem como de parte das despesas operacionais.

Toda atividade de Assistência Social é prestada gratuitamente, sem a exigência de qualquer contraprestação, obedecidas as condições da legislação vigente, dos usuários moradores ou não moradores, sejam eles idosos ou pessoas com deficiência, crianças, adolescentes ou jovens, bem como, de qualquer pessoa que seja beneficiada por ações ou programas.

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

17. Receitas operacionais sem restrição - Sistema Único de Saúde - PO

	2018	2017
Plano Operativo	126.787	129.998
FAEC/Alta complexidade	29.826	32.696
	<u>156.613</u>	<u>162.694</u>

Desde setembro de 2004, a Entidade assinou contratos para a prestação de serviços de saúde, colocando à disposição do Gestor Público de Saúde todos os seus leitos hospitalares, bem como integralmente a prestação de serviços ambulatoriais, recebendo recursos orçamentários do Ministério da Saúde, por intermédio da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia-SESAB. Os contratos estabelecem metas quantitativas, qualitativas e financeiras, remunerando-as com uma parte fixa que corresponde à produção de procedimentos de baixa e média complexidade, incentivo destinado aos hospitais-escola, incentivo à contratualização e a uma parte variável que abrange procedimentos de Alta Complexidade e ao FAEC (Fundo de Ações Estratégicas e Compensação), mas submetido a teto físico-financeiro.

A partir de outubro de 2016 o Plano Operativo, correspondente à parcela fixa tem o valor mensal de R\$ 10.265, a partir de março de 2017, incorpora o valor de R\$ 302, corresponde aos leitos de média complexidade em leitos de retaguarda, com o valor total fixo de R\$ 10.567. (Ver nota 24)

18. Custo dos serviços prestados - Saúde

	2018	2017
Hospital Santo Antônio	(137.643)	(131.391)
SESAB - Hospital do Oeste	(68.960)	(65.082)
SESAB-Hospital Eurídice Santana	(8.837)	(7.886)
SESAB - HMDS	(54.314)	(47.056)
	<u>(269.754)</u>	<u>(255.336)</u>

19. Despesas com pessoal

	2018	2017
Salários	(20.807)	(16.354)
Férias	(2.530)	(2.009)
FGTS	(2.168)	(1.824)
13º salário	(1.758)	(1.450)
Vale transporte	(334)	(250)
Desconto aviso prévio	(111)	(140)
Bolsa estágio	(119)	(95)
Seguro	(82)	(66)
Outras	(552)	(75)
	<u>(28.461)</u>	<u>(22.263)</u>

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

20. Despesas gerais e administrativas

	2018	2017
Manutenção	(2.769)	(1.731)
Serviços de terceiros	(2.064)	(1.351)
Energia elétrica	(1.693)	(916)
Aluguéis	(1.161)	(725)
PECLD	(1.290)	(717)
Provisão para contingências	(1.555)	(365)
Água	(683)	(363)
Doações efetuadas	(151)	(109)
Impressos	(111)	(79)
Telefone	(83)	(60)
Refeições	(81)	(49)
Manutenção de veículos	(11)	(40)
Seguros	(73)	(38)
Contribuições	(75)	(35)
Despesas com viagens	(35)	(22)
Treinamento	(63)	(17)
Outras	(193)	(194)
SESAB - HRMDS	5.264	(1.784)
SESAB - Hospital Eurídice Santana	511	(439)
SESAB - Hospital do Oeste	5.013	1.297
SESAB - Hospital São Jorge	-	-
	<u>(1.303)</u>	<u>(7.737)</u>

21. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

(a) Fatores de risco financeiro

As atividades da Entidade a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Entidade se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Entidade.

A gestão de risco é realizada pela alta administração da Entidade, que identifica, avalia e protege a Entidade contra eventuais riscos financeiros.

Risco de mercado

(i) Risco cambial

O risco associado decorre da possibilidade da Entidade vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2018, a Entidade não possuía exposição cambial significativa, não existindo nenhum instrumento de proteção cambial.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

(ii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre da existência de empréstimos de longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2018 a Entidade não possuía empréstimos de longo prazo, não existindo risco significativo de taxa de juros.

(iii) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a receber.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

A Administração avalia a qualidade do crédito, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

A Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, além da provisão já constituída.

(iv) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Entidade, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Saldos em 31 de dezembro de 2017			
Fornecedores	11.752	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018			
Fornecedores	12.939	-	-

22. Seguros

Os bens, interesses e responsabilidades estão segurados por valores que a Administração considerou suficientes para cobertura de eventuais perdas, cujo montante segurado foi de R\$ 191.511 (2017 R\$ 171.585), incluindo bens de terceiros (Nota Explicativa nº 7).

As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

23. Imunidade e isenção dos impostos e contribuições

A Entidade é imune a impostos e contribuições, nos termos da Constituição Federal, artigo 150, parágrafo VI item c, pelo fato de ser uma entidade sem fins econômicos ou lucrativos, e obteve renovação do CEBAS - Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, junto ao Ministério da Saúde para o triênio de 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro 2015, por meio da portaria SAS/MS nº 784, de 28 de junho de 2016.

Em 09 de outubro de 2015, em cumprimento à Lei nº 12.101/2012, foi protocolado o pedido de renovação do CEBAS para o Triênio 2016-2018, com o número SIPAR 25000.165523/2015-16, em tramitação. Com as alterações sofridas pela Lei 12.868/2013, o prazo para protocolar novo pedido de renovação do CEBAS passa a ser de até 360 dias do ano de vencimento, mesmo que o Certificado anterior não tenha sido concedido. Desse modo, no decorrer do exercício de 2015, a Entidade protocolou pedido de renovação para o triênio 2016-2018. Em 28 de dezembro de 2018 a Entidade protocolou novo pedido de renovação do referido CEBAS para o triênio 2019-2021, Processo nº 25000.226874/2018-53. Caso não possuísse o referido Certificado, seria devido o montante aproximado de R\$39.253, no exercício de 2018 (2017 - R\$33.650), a título de contribuição previdenciária patronal. Em 07 de novembro de 2018, a Entidade impetrou Mandado de Segurança contra Delegado da Receita Federal em Salvador e a Fazenda Nacional em litisconsórcio, cujo escopo foi obter tutela de urgência liminarmente o reconhecimento de sua imunidade tributária relativa ao pagamento de tributos fixados nos artigos 22 e 23 (Tributos para o financiamento da Seguridade Social) da Lei 8.212/1991, exigindo-se o preenchimento tao somente os requisitos previstos no artigo 14 do Código Tributário Nacional - CTN, sendo deferida a liminar em novembro de 2018.

	2018	2017
INSS Empresa	27.259	23.368
Terceiros	7.905	6.777
SAT	4.089	3.505
	<u>39.253</u>	<u>33.650</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

A Entidade atua preponderantemente na área de saúde, de acordo com a Lei nº 12.101/2012 e suas alterações, desse modo, ofertou em conformidade a referido arcabouço legal, o Decreto 8.242/2014 e a Portaria MS nº 1.970 de 16 de agosto de 2011, no mínimo 60% de seus serviços ao SUS:

- (i) Comprovou o cumprimento das metas estabelecidas em convênio ou instrumento congêneres celebrado junto ao gestor local do SUS;
- (ii) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, realizou o somatório das internações realizadas e o total de procedimentos ambulatoriais:

2018

	Quantitativo de internações hospitalares	Número de pacientes-dia	Quantitativo de atendimentos ambulatoriais
SUS	18.094	269.135	2.231.361
Não SUS	-	-	-
Total	18.094	269.135	2.231.361

Percentual de serviços ofertados ao SUS 100% 100% 100%

2017

	Quantitativo de internações hospitalares	Número de pacientes-dia	Quantitativo de atendimentos ambulatoriais
SUS	17.528	266.619	2.173.418
Não SUS	-	-	-
Total	17.528	266.619	2.173.418

Percentual de serviços ofertados ao SUS 100% 100% 100%

24. Eventos subsequentes

Em 30 de janeiro de 2019, foi assinado o termo aditivo nº 007/2019 ao Contrato nº 011/2017, para operacionalização da gestão e execução das ações e serviços de saúde do Hospital do Oeste, pelo período de 12 meses, de 01 de fevereiro de 2019 a 31 de janeiro de 2020. Em 28 de fevereiro de 2019, foi assinado o termo aditivo nº 024/2019 ao Contrato nº 011/2017, com o objetivo de alterar a metodologia de avaliação, com termo inicial de 01 de março de 2019 a 31 de janeiro de 2020, suprimir o Verificador Independente no valor estimado mensal de R\$ 142 e aditar o valor mensal de custeio, correspondente a R\$ 5.546 mensal e valor global estimado de R\$ 61.004 para 11 meses.

Em 7 de fevereiro de 2019, foi publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia a Apostila nº 007 de 6 de janeiro de 2019 que dispõe sobre o reajustamento contratual do Contrato Gestão do Hospital do Oeste - HO nº 011/2017, reajustando o valor do contrato no período de 24/11/2016 até 23/11/2017, de R\$ 5.198 para R\$ 5.357, de 24/11/2017 a 23/11/2018 de R\$ 5.357 para R\$ 5.546.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

A Entidade está em negociação com a Sesab com o intuito de efetuar a cobrança das diferenças retroativas dos períodos retro mencionados.

Em 28 de fevereiro de 2019, foi assinado o termo aditivo nº023/2019, ao Contrato nº 016/2014, para operacionalização da gestão e execução das ações e serviços de saúde do Hospital Eurídice Santana, pelo período de 12 meses, de 01 de março de 2019 a 28 de fevereiro de 2020 ou até a conclusão de processo de Seleção Pública, o que ocorrer primeiro. Em 18 de março de 2019, foi assinado o Contrato nº 014/2019 para a prestação de serviços assistenciais de média e alta complexidade na atenção ambulatorial e hospitalar no âmbito do Sistema Único de Saúde-SUS, pela integração da Entidade à rede regionalizada e hierarquizada do Sistema, sob a forma de Plano Operativo (PO) valor estimado R\$ 177.697, com vigência de 12 meses sob regime de empreitada por valor global.

MONUMENTA